

Estratégia de desenvolvimento socioeconômico de Moçambique na concepção da teoria da dependência

Eduardo Saugineta Sigaúque¹
Sílvio Antônio Ferraz Cário²

RESUMO

O artigo tem por objetivo trazer à análise as estratégias de desenvolvimento socioeconômico adotado por Moçambique nas últimas duas décadas na perspectiva dialética substanciada na teoria de dependência. Neste plano analítico, far-se-á um cruzamento teórico entrelaçado nas várias correntes da teoria da dependência, como forma elucidativa de buscar enquadramento das economias periféricas no sistema capitalista mundial. Finda a parte do enquadramento teórico, procura-se apresentar o quadro metodológico histórico-estrutural, instrumento chave no estudo das trajetórias de desenvolvimento. Depois procuramos avançar na caracterização geral das dinâmicas estruturais ocorridas na implementação da estratégia de desenvolvimento socioeconômico optado por Moçambique. O resultado da liberalização da economia, que possibilitaram à atração massiva de Investimento Direto Estrangeiro, com efeitos positivos na perspectiva macroeconômica, porém atrelado à dependência financeira, tecnológica e econômica externa, marginalizando os setores tradicionais da indústria, que tem capacidade de criar fatores de encadeamento com outros setores produtivos, possibilitando reais transformações estruturais na economia. Neste quesito, a estratégia de desenvolvimento socioeconômico de Moçambique é ambígua, não tendo uma substanciação viável quando vista e avaliada numa perspectiva de longo prazo.

Palavras-chave: Estratégia Nacional, Desenvolvimento Econômico, Moçambique.

ABSTRACT

The article aims to bring the analysis of socio-economic development strategies adopted by Mozambique in the last two decades in dialectical perspective substantiated in dependency theory. In this analytical plan, shall be made an interlaced-theoretical intersection in the various chains of dependency theory as informative way to seek framework of peripheral economies within the world capitalist system. Ended part of the theoretical framework, seeks to present the historical-structural-methodological framework, key tool in the study of developmental trajectories. Then we try to advance the general characterization of structural dynamics occurring in the implementation of socio-economic development strategy chosen by Mozambique. The results of the liberalization of the economy, which enabled the massive attraction of direct investment Foreign had positive effects on macroeconomic perspective but linked to financial dependence, technological and foreign economic, marginalizing the traditional sectors of industry, which has the capacity to create chaining factors with other productive sectors, enabling real structural change in the economy. In this regard, the socio-economic development strategy of Mozambique is ambiguous, having a viable substantiation when viewed and evaluated on a long-term perspective.

Keywords: National Strategy, Economic Development, Mozambique.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro Sócio-Econômico, Bairro Trindade, Florianópolis, CEP 88040-970. E-mail: edyv.morgan@gmail.com

² Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro Sócio-Econômico, Bairro Trindade, Florianópolis, CEP 88040-970 E-mail: fecario@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é analisar a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (END) adotado por Moçambique nas últimas duas décadas, e necessariamente far-se-á ligação com a história com desenvolvimento do sistema capitalista mundial. O país foi durante mais de uma década (1976-1986) regido por economia fechada, orientação político-ideológico marxista-leninista, socialismo científico, o que na verdade, fez com que toda base industrial foi concebida e idealizada dentro do modelo de uma economia planificada.

Os eventos históricos que se sucederam durante a década de 1980, como o colapso da União das Repúblicas Socialista Soviética, principal parceiro econômico e aliados político de Moçambique teve profundas consequências na END, via industrialização acelerada que tinha sido adotado em 1979. A CEPAL – Comissão Econômica da América Latina e Caribe, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) buscou apresentar uma compreensão analítica e exaustiva do atraso econômico dos países periféricos, criando elementos metodológicos da Teoria da Dependência (TD) que possibilitam um alastramento de debate para realidades territoriais distintas, tal é o caso do continente Africano.

Nos últimos anos vários cientistas sociais têm demonstrado maior interesse no estudo dos impactos socioeconômicos dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) e das reformas políticas neoliberais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) que decorreram em diversas regiões periféricas da América Latina e África, desde aos anos de 1980. Com isso, busca-se entender as limitações estruturais resultantes da adoção das reformas políticas do FMI e BM na definição de estratégias nacionais de desenvolvimento social e econômico nesses países. Em Moçambique, como considera Klaus Mohn (1994):

The halt of economic contraction, and to gain access to multilateral donor funds, Mozambique joined the IMF and World Bank in 1984. Thus, structural adjustment lending came to reach Mozambique, and by 1987 the inflow of aid and credit was conditioned on the implementation of the Economic Recovery Program (ERP) designed by Bretton Woods's institutions.

As ondas de reformas políticas e medidas estruturais impostas pelo FMI e BM aos países Africanos no início na década de 1980 e 1990 foram vistas no ambiente político vigente como a “solução inevitável” aos problemas socioeconômicos que vinham enfrentando desde altura das independências nacionais na década de 1960, como a ineficiência dos setores industriais, baixa produtividade, desequilíbrios nas contas externas, diminuta participação dos setores industriais na pauta exportadora.

Bellucci (2007) foi elucidativo, ao considerar que “a destruição dos estados africanos, incluindo o Moçambicano, deu-se apoiado em ideologias liberais, difundidas pelos grupos de capitais, (...) tendo à frente o FMI e BM”. Na perspectiva ideológica das instituições de Bretton Woods, na ótica de Bellucci (2007, “(...) o estado seria o causador do precário funcionamento da economia e responsável pelo baixo nível de renda da população”).

Segundo SANTOS (2004) apud Bellucci (2007), na década de 1980 “o FMI passou a cumprir papel de Ministério das Colônias dos Estados Unidos da América, apoiado pelo BM, pelo GATT³, e por um conjunto de instituições internacionais, no quadro de uma política econômica de crise do Keynesianismo e de ascensão do neoliberalismo monetário”. Para autores como Medeiros (2007) e Bellucci (2007 no caso de Moçambique, que as primeiras medidas legislativas e administrativas do PAE, localmente conhecido por Programa de Reabilitação econômica (PRE) foram tomadas em Janeiro de 1987). Portanto, Bellucci (2007) ressalva que o PAE em Moçambique “teve contornos genéricos os de todos os programas de ajustamento estrutural financiados pelas duas instituições”.

Torres (2006) e Carneiro (2006) já vinham considerando a necessidade de um debate *acadêmico* amplo entre economistas, (...) e outros cientistas sociais sobre questões de desenvolvimento econômico. Volvidos mais de 20 anos (1995-2015), desde que Moçambique assinou os Acordos Gerais de Paz (AGP), em Roma, em 1992 e com a estabilidade macroeconômica permitida pelo PRE, construir premissas lineares para um debate sobre a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (END) adotada por Moçambique. Assim, uma nova alternativa de debate é apresentada nos últimos anos, buscando analisar as possibilidades de desenvolvimento integral criada dentro da END adotada pelo país.

A estabilidade macroeconômica, taxas médias de crescimento econômico compuseram um quadro econômico muito usado em várias escolas econômicas durante anos para justificar o sucesso da aplicação das políticas neoliberais e reformas estruturais impostas pelo FMI e BM. Bellucci (2007) conclui que na prática mudavam a política econômica para garantir a transferência de recursos ao maior centro de produção capitalista, os EUA, aumentando a miséria local, tendo o liberalismo como ideologia da empreitada.

Passados mais de duas décadas (1995-2015), Moçambique apresentando taxas médias de crescimento de 5% a.a. do Produto Interno Bruto (PIB), entrada de capitais internacionais

³ Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, ou seja, General Agreement on Tariffs and Trade, GATT foi estabelecido em 1947, tendo em vista harmonizar as políticas aduaneiras dos Estados signatários.

em setores estratégicos da economia, setor energético, mineração e energia, mas em contraste com um forte escalamento dos níveis de desigualdades sociais, inter-regionais, déficit na balança comercial, aumento do *stock* da dívida, baixa competitividade dos setores primários da indústria, abre-se um espaço para questionar, até que ponto a END de Moçambique promoveu mudanças econômicas significativas que possibilitem logram um desenvolvimento com sustentação em longo prazo?

O artigo encontra-se dividido em quatro partes. Na I parte apresentam-se as ideias introdutórias sobre a Teoria da Dependência e a construção Econômica de Moçambique. Na II parte faz-se o referencial teórico, apresentando as várias correntes da TD. Na III parte faz-se caracterização da Economia Moçambicana. Na quarta IV parte do artigo apresenta-se o debate teórico sobre as diferentes correntes da TD no quadro da realidade econômica Moçambicana.

2. TEORIA DA DEPENDÊNCIA: Dimensão Histórica-Analítica

A TD é um campo acadêmico impulsionado por cientistas sociais da América Latina, que procuraram elaborar políticas de desenvolvimento socioeconômico desde os primórdios dos anos de 1950 e oferecer uma produção teórica extensiva sobre a dependência econômica, financeira, cultural e tecnológica que abraçava os países da região.

A crise do sistema capitalista marcada pela queda da bolsa de Valores de Nova Iorque, ocorrida em 24 de outubro de 1929, foi um evento crucial no desenho da nova forma de inserção das economias periféricas na economia internacional. Os cientistas sociais da CEPAL procuraram imergir um novo modelo estruturalista de desenvolvimento econômico, como alternativa ao modelo econômico em colapso vertiginoso nos países centrais.

No final II Guerra Mundial (1939-1945), nova ordem mundial foi estabelecida, que consequentemente trouxe novas relações políticas, econômicas e financeiras na economia mundial. Os Estados Unidos da América (EUA) com Keynesianismo buscavam fomentar uma nova política internacionalista que se fundava concretamente a expansão territorial do capital através da fixação das Empresas Multinacionais (EM) nos países periféricos para exploração dos fatores de produção, ganhos de economia de escala e apropriação de excedente.

Na região da América Latina foi emergindo diversas correntes da TD, buscando dentro do contexto histórico apresentar caminhos para a diminuição da dependência entre a periferia e os países centrais. Apresenta-se a visão dos principais autores sobre a TD.

A corrente estruturalista, que advoga mudanças estruturais nas economias periféricas, Oswaldo Sunkel, Celso Furtado e Raul Prebisch são os expoentes máximos do chamado Estruturalismo Cepalino. Diante das falhas de concepção do modelo estruturalista Cepalino, a corrente ideológica estruturalista não apresentou uma “solução douradora” que permitisse a diminuição das relações de dependência. Em razão disso, duas novas correntes emergem no campo da TD, a Escola Marxista, os cientistas sociais brasileiros no exílio no Chile e México, apresentando uma interpretação da dependência à luz da Teoria Geral de Marx, representados por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

Por outro lado, outra corrente da TD centrada na teoria de classe social de Marx Weber representado no trabalho de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Enzo Falleto representam os principais defensores da corrente de desenvolvimento dependente e associado, que consistia na abertura da entrada de capital internacional (empresas multinacionais) em certos setores da economia em associação com Estado e capital nacional.

Importa referir que existem pontes de entendimento possíveis de ser estabelecida entre as diferentes correntes da TD, em primeiro lugar, a gênese que procuram abordar tem um ponto em comum, que é uma luta ideológica em busca da supressão da dependência econômica, tecnológica, cultural diante dos países centrais.

2.1 Dependência Estrutural: Corrente Estruturalista

A busca pela compressão sobre o atraso econômico, social e tecnológico dos países da América Latina foi objeto de proposta teórica de um modelo estruturalista da CEPAL, permitindo vislumbrar um via alternativo de desenvolvimento para a região. Os preceitos desta corrente estruturalista assentam na ideia de que para que os países periféricos superarem a dependência necessitava de mudanças significativas na estrutura produtiva, melhorando a sua participação na divisão internacional do trabalho.

Para a corrente estruturalista da TD, a dependência era um resultado de um processo histórico, e que o capitalismo tardio verificado nos países da periferia gerou atraso no desenvolvimento das forças produtivas. Tendo sido proposto, uma estruturação econômica desses países periféricos dentro da organização produtiva interna e sua inserção no mercado mundial. Durante este período, década de 1950, foi impulsionada a participação do Estado na economia. Apesar de a corrente ter bases de estruturação importante, não buscou compreender variáveis, os meios tecnológicos e capital financeiro, fatores cruciais para impulsionar todo

processo de desenvolvimento viável. Perante esse cenário dúbio, os países se fortificaram em desenvolver uma indústria incipiente, sem ganhos consideráveis na participação comercial na divisão internacional do trabalho.

Dado ao forte papel do estado neste modelo de desenvolvimento, que se se fortificava com poupança externa, fez com que os países periféricos adentrassem na armadilha da dívida pública, criando problemas macroeconômicos, déficit público, incipiência em investimento, baixa produtividade e deterioração dos termos de troca.

Furtado (1961) outro questionamento sobre a dependência nos países periféricos, invocando, “o elemento cultural”, criando uma ligação intrínseca com a absorção tecnológica. Neste caso, parte-se da visão de que a industrialização promovida no modelo nacional-desenvolvimentista acabou forçando as tendências de concentração de renda e desigualdades sociais na região. Por isso, um dos pontos enriquecedores disso foi apresentar profunda reflexão sobre a geração, difusão e assimilação do progresso tecnológico, no quadro histórico-cultural do subdesenvolvimento.

2.2 Desenvolvimento Dependente e Associado: Corrente Weberiana da Dependência

O ponto de partida desta concepção teórica desenvolvida por Cardoso e Falleto (1981) teve impulso na crítica ao fracasso do modelo estruturalista Cepalino, que propunha uma política econômica de substituição de importações e projeto nacional-desenvolvimentista, como a solução para a superação do atraso econômico da região.

Cardoso e Falleto (1981) argumentaram em síntese que as modificações no sistema produtivo interno ocasionado pelo modelo estruturalista eram incapazes de resolver os problemas estruturais, e por conseguinte, oferecer condições para formação de sociedade dotada de autonomia para ordenar uma proposta de desenvolvimento socioeconômico.

Os autores alongam em sua análise, propondo que a compreensão do capitalismo na América Latina desafiava a um entendimento histórico dialético sobre a forma como se se constitui e reproduziu-se a base produtiva, levando em consideração a integração das economias dos países periféricos na economia mundial.

Estas leituras sociológicas apresentadas por Cardoso e Falleto (1981) permitem em parte, compreender a forma como capitalismo histórico contorna e se faz presente no meio as fragilidades institucionais e de classes em países periféricos. A via sociológica da teorização

da dependência torna-se importante na compreensão exaustiva do modo de associação entre o capital internacional, Estado e capital nacional.

Cardoso e Falleto (1981) defendem que “*a dependência é em si um componente estrutural do capitalismo, em especial na forma como este se desenvolve nos países de industrialização tardia*”. Para tal, consideram que a determinação dessa condição deveria haver, além de uma associação entre os fatores internos e externos, uma conexão destes com a contraditória estrutura social interna, compostas por classes dominantes e dominadas. A solução apresentada, como via mínima de retração da dependência dos países periféricos, tem como eixo de sustentação o estabelecimento de nexos duradouros entre o sistema econômico e a organização político-social das sociedades desenvolvidas. Nesta afinidade interpretativa é tão importante para desenvolvimento mundial e também para o estabelecimento dos determinantes da dependência na periferia.

As oportunidades de desenvolvimento socioeconômico nos países periféricos se dariam pela conjugação entre capital nacional privado, capital internacional e Estado, sendo que a conjugação desses daria as economias periféricas uma margem de internacionalização.

2.3 Dialética Marxista da Dependência: A Versão Marxista da Dependência

A corrente Marxista da Dependência da TD surge no pressuposto de que no parâmetro do modo de capitalista, os países periféricos apresentam certas peculiaridades que impedem que o capitalismo histórico se desenvolva da mesma forma como se deu nos países centrais. Autores como Ruy Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra consideraram mais que um capitalismo, o que se tem na *nos países periféricos* é um capitalismo *sui generis*, e só ganha sentido se compreendido dentro do contexto nacional e internacional.

Os Marxistas da TD defendem que dois processos históricos estão na base dos fenômenos que geraram os estudos da dependência. O primeiro fenômeno foi a Revolução Cubana (1959) que se constituiu em um dos principais parâmetros para as definições teóricas e políticas, ao aprofundar a crise do marxismo ortodoxo até então prevalecente. O segundo fenômeno foi a crescente integração do processo produtivo com o capital internacional, que intensificou as contradições sociais e econômicas, idealizadas para o desenvolvimento econômico dos países de capitalismo tardio.

A corrente Marxista da Dependência considera a dependência como continuação das relações de subordinação entre nações formalmente independentes (países periféricos), na

qual a economia de certos países está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias (países centrais). Esta corrente buscou sintetizar os principais condicionantes histórico-estruturais que fazem com a dependência prevalecesse nos países periféricos, aliado a crescente dependência econômica, financeira e tecnológica continua prevalecendo na região apesar de terem alcançado as independências.

Tabela II: Três condicionantes histórico-estruturais da dependência nos países periféricos

A redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes (produtos primários e com baixo valor agregado) em relação ao preço dos produtos industriais/maior valor agregado importados dos países centrais.
A remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties, pela razão dos países centrais importarem capital para os países periféricos.
A instabilidade dos mercados financeiros internacionais, geralmente implicando em altas taxas de juros para o fornecimento de crédito aos países dependentes periféricos, colocando os mesmos a mercê do ciclo de liquidez internacional.

Fonte: Carcanholo (2004)

A prescrição analítica da dialética da dependência é uma busca pela interpretação do fenómeno do subdesenvolvimento como um condicionante histórico herdado do período colonial. Com isso, mostrando que o avanço do capitalismo histórico não permitiu que os países periféricos desenvolvessem tecnologia e capital, capaz de suprimir o atraso industrial. Num exercício extraordinário faz-se captar que não obstante os esforços de conceber um projeto nacional-desenvolvimentista existem elementos histórico-estruturais, que precisam ser revistos, que permita que os países periféricos consigam obter mais ganhos na participação na divisão internacional do trabalho.

Tabela III: Três formas Históricas de Dependência

DEPENDÊNCIA COLONIAL	Caracterizada pela exportação de produtos naturais e na qual o capital comercial e financeiro, associado aos estados colonialistas, domina as relações entre a Europa e as colônias.
DEPENDÊNCIA FINANCEIRO-INDUSTRIAL	Caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos e cuja expansão se deu por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo; nesse sentido a produção, por ser voltada à exportação, era determinada de acordo com a demanda dos centros hegemônicos.
DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICO-FINANCEIRA	A possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de máquinas não produzidas internamente, de forma que tal compra é limitada pelos recursos provenientes do setor exportador e pelas imposições dos monopólios e patentes.

Fonte: Carcanholo (2004)

3. CARATERIZAÇÃO DA ECONOMIA MOÇAMBICANA

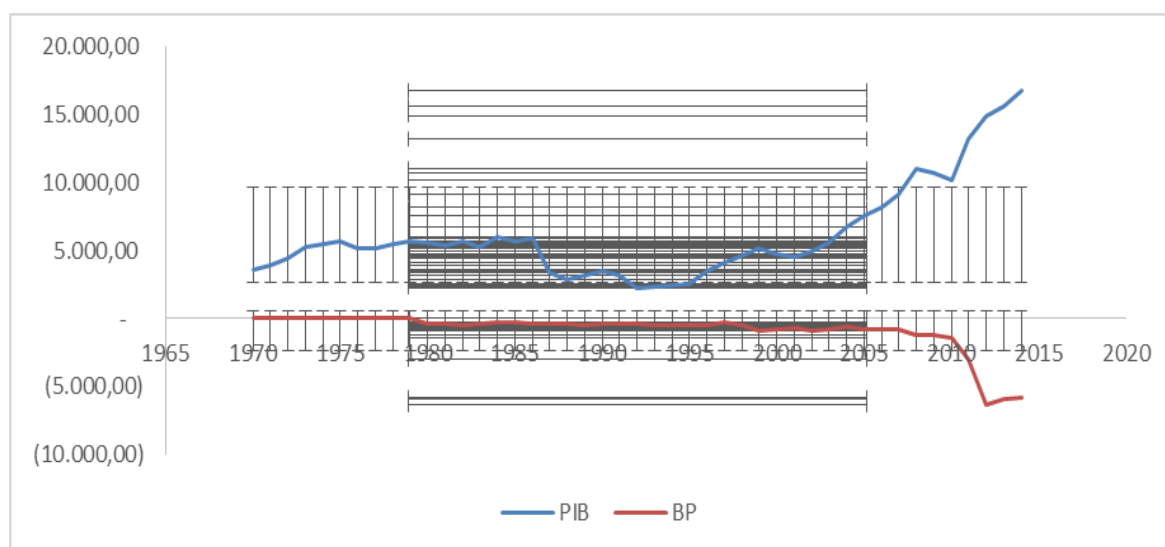
Segundo Bellucci (2007) as medidas econômicas promovidas pelo Estado através das Diretivas Sociais e Econômicas em Abril de 1983, permitiram modificações estratégicas, pois visava diminuir a intervenção do Estado na economia, realocar os recursos estatais em outros setores produtivos, reformular o papel do setor estatal e propor sua reorganização, incentivar o desenvolvimento do setor privado e dar prioridade aos investimentos de reposição e aos projetos em curso.

Tabela IV: Indicadores Financeiros Externos (1984-1989)

Indicadores Financeiros Externos	1984	1986	1987	1988	1989
Divida Externa Total	2400	N/D	4000	4000	4300
Serviço da Divida - Teórico (%)	196	247	228	206	182
Importação de bens e serviços	-690	-820	-910	-1034	-1240
Exportação de bens e serviços	214	295	234	244	283
Conta Corrente	-476	-525	-676	-790	-957
Amortizações	-338	-366	-384	-363	-277
Saldo Financeiro	-814	-861	-1060	-1153	-1234
COBERTO POR					
Donativos	167	213	304	416	436
Créditos	265	284	301	290	379
Rescaldamento da divida, saldo residual.	381	364	455	447	419
Obs. ND= não disponível; 1987-1988: valores estimados; 1989: projeções.					

Fonte: Hermele, 1990 citado por Bellucci (2007).

Gráfico I: Evolução do PIB da Balança Comercial (1970-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da UNCTAD (2016)

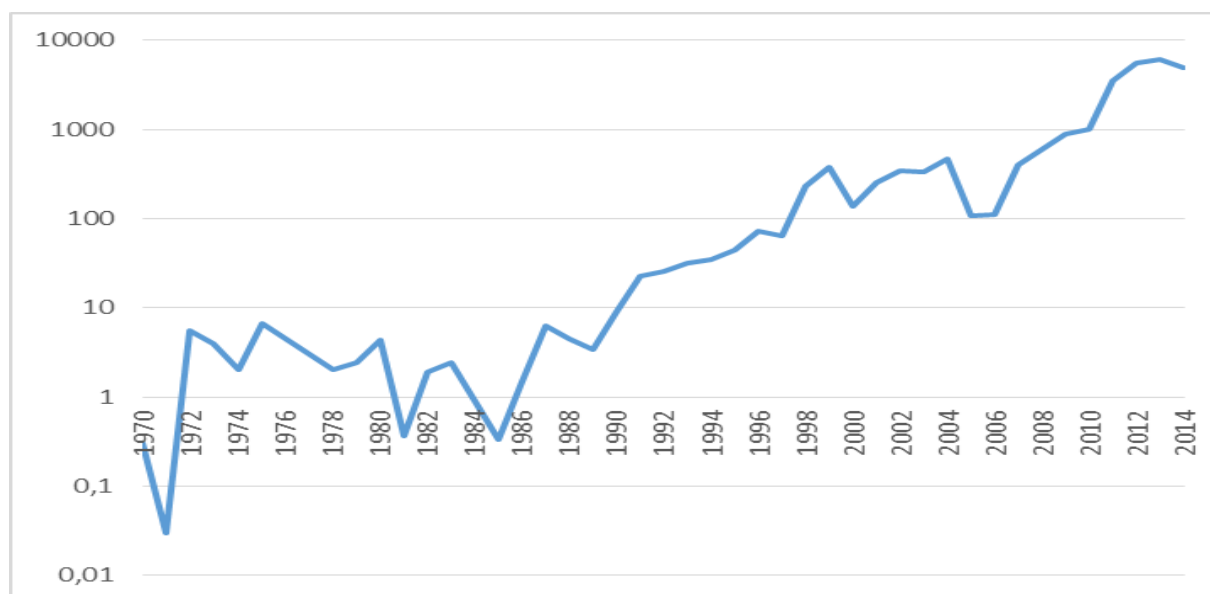
Tabela IV: Quadro macroeconômico 1973-1990

Indicadores Económicos	1973	1980	1985	1990
Exportações	230	281	77	121
Importações	-245	-800	-424	-850
Balança Comercial	-115	-519	-347	-729
Receitas de serviços	217	171	107	162
Despesas de serviço	-95	-75	-200	-389
Receita líquida de serviços	122	96	-93	-227
Saldo corrente	7	-423	-440	-956

Fonte: Hermele, 1990 citado por Bellucci (2007).

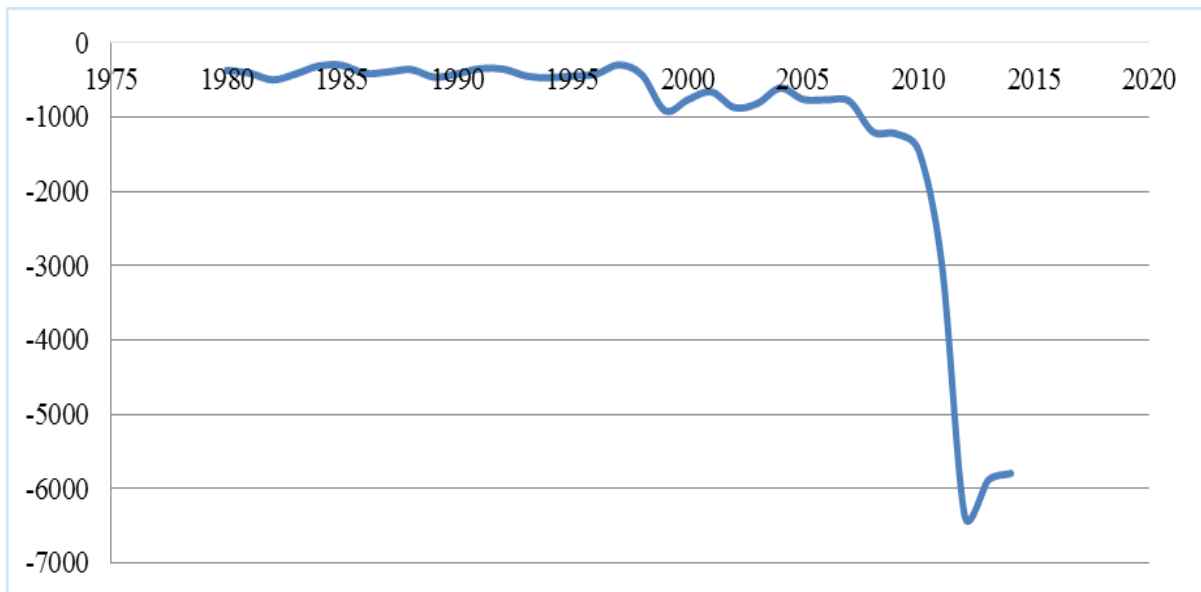
De acordo com Bellucci (2007) em Abril de 1983, a dívida externa de Moçambique era de cerca de \$1,4 bilhão e vinha sendo paga com reservas e empréstimos variados. “Diante das dificuldades financeiras que o Estado enfrentava (vide na Tabela IV) levou a pedir em 1984, reunião com os credores, do chamado “Clube de Paris”” (Hermele, RIEA, 1988) citado por Bellucci (2007). Pode-se constatar (vide no Gráfico I) que com o crescimento do PIB que em meados da década de 1990, começa a ser impulsionado por entrada de capitais internacionais, centrado em setores que foram incorporados no pacote de privatizações do PRE. Atualmente, (...) “o stock da dívida é de cerca de \$12 bilhões, ou aproximadamente 80% do PIB” (Ideias, Maio de 2016). Passado mais de 20 anos, o modelo econômico adotado voltou estar atrelada a questão da armadilha da dívida pública, que inevitavelmente ira exigir tomada de politicas e reformas que restringiam a aplicação de END.

Gráfico II: Fluxo de Capital (IDE) em Moçambique (1970-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do UNCTAD (2016)

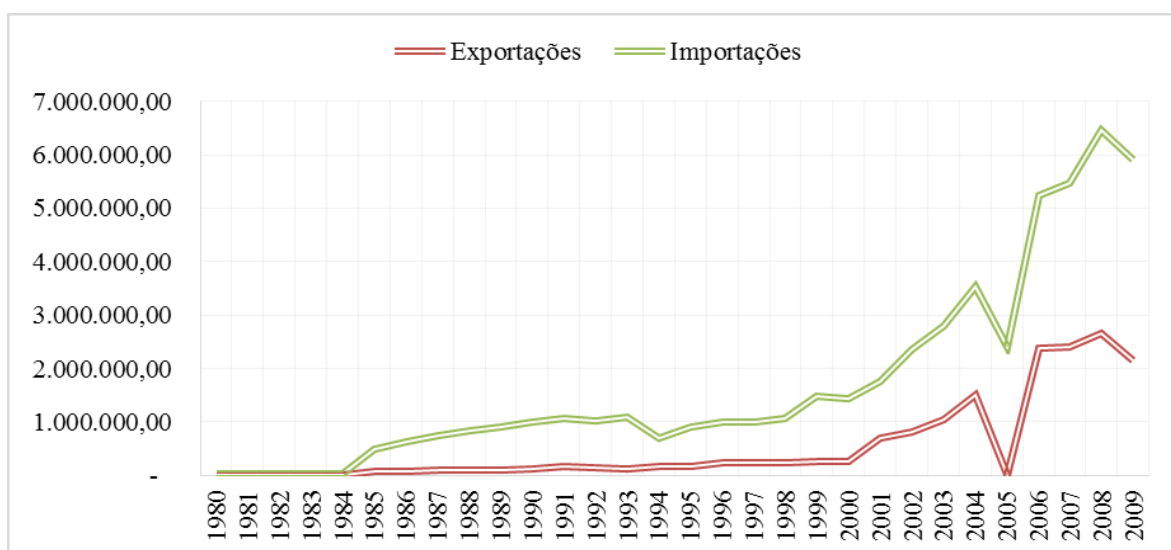
Gráfico III: Evolução da Balança de Pagamentos



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do UNCTAD (2016)

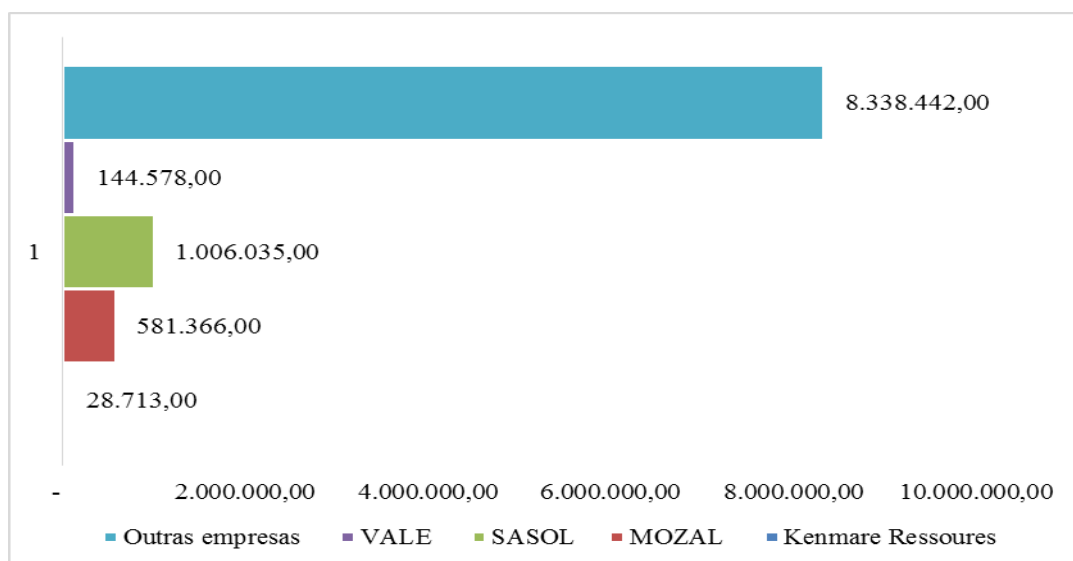
Castelo-Branco (2003) argumenta que “(...) a indústria é subdesenvolvida, isto é, esta distorcidamente desenvolvida”. Se o investimento aumentar sem que o padrão de acumulação e a estrutura de produção sejam transformados, o parque industrial expandirá e, com ele, aumentará a dimensão do subdesenvolvimento e da dependência. Nos últimos 20 anos (1995-2015) não houve alteração dos setores industriais exportadores. Este fato, também explica a fraca dinâmica do setor exportador Moçambicano e desequilíbrios na balança comercial.

Gráfico IV: Dinâmica das Exportações e Importações (1980-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do UNCTAD (2016)

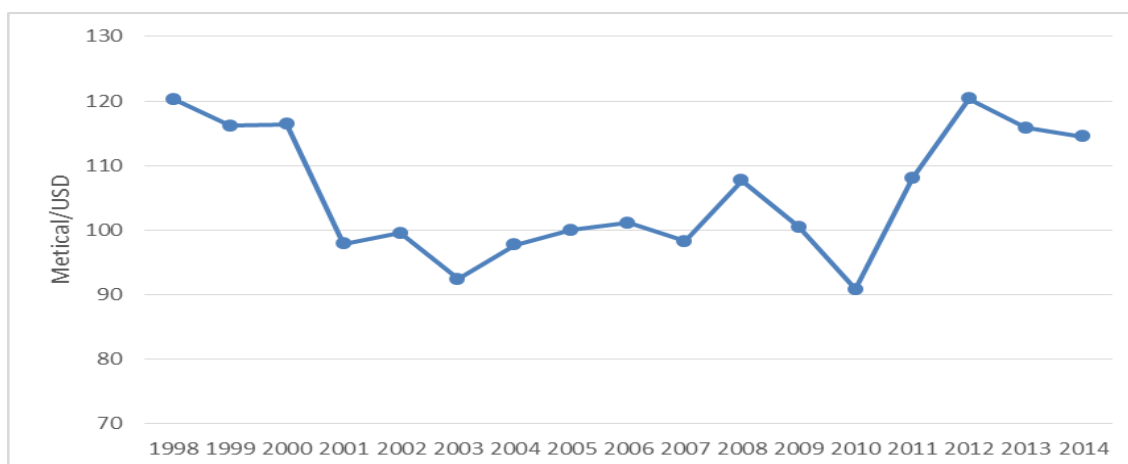
Gráfico V: Contribuição das Multinacionais nas Exportações (2009)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do UNCTAD (2016)

A END de Moçambique esteve muito assente na captação de IDE. No Gráfico IV (dinâmica das exportações e importações) podemos notar que a partir dos anos 2000, verifica-se aumento nas exportações, que na maior parte, as Empresas Multinacionais (Vide no Gráfico V) foram as que de forma significativa contribuíram as exportações. O aumento das exportações na última década (2004-2014) veio de forma linear disfarçar a insipiência da indústria transformadora nacional. Como em muitas economias periféricas, foram cometidos erros no período de “boom das commodities”. As exportações de commodities (carvão, gás natural, etc.) provocou a valorização cambial (vide no gráfico VI) que limitou a competitividade dos setores primários exportadores.

Gráfico VI Variação da Taxa de Câmbio (1998-2013).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do UNCTAD (2016)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos gerais pode-se considerar que a inserção tardia das economias periféricas na Divisão Internacional do Trabalho, por razões históricas teve um impacto genérico na lastração da dependência estrutural, em particular em Moçambique. Dito isso, o capitalismo histórico sempre procurou meios de articulação e sobrevivência em nos ciclos de crise, fazendo dessas regiões laboratórios de sustentação, como sucedeu nos anos de 1980 e 1990 com a imposição de políticas neoliberais pelo FMI e BM.

As retrações nas áreas produtivas criaram uma onda crescente de problemas estruturais nas economias periféricas que conseqüentemente alastram a pobreza para níveis críticos. Moçambique continua se inserindo na Divisão Internacional do Trabalho em setores primários, com baixa tecnologia e transformação invocativa, outorgando em outro plano, a criação de indústria transformadora interna, capaz de possibilitar ganhos crescentes e retenção de excedente necessária para impulsionar a poupança interna e catapultar o investimento produtivo.

O modelo econômico de cunho neoliberal imposto aos países africanos, em particular, Moçambique pelo FMI e BM destruiu a base produtiva, sem criar estruturas de produção que possam responder pelas questões básicas, deixando toda pauta dependendo de importações, o que deixa o país, bem suscetível à crise de balança de pagamentos, visto que qualquer choque externo coloca em debilidade toda a estrutura macroeconômica.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSSON, Hans – The Scramble from Africa. Gothemburg (Sweden), Gothemburg University, PADRIGU – Peace and Development Institute, 1995.

ABRAHAMSSON, Hans, and Anders Nilson – The Washington Consensus and Mozambique. Gothemburg (Sweden), Gothemburg University, PADRIGU – Peace and Development Institute, 1995, Parte I, November.

ABRAHAMSSON, Hans, and Anders Nilson – Mozambique – The Troubled Transition. London, Zed Books, 1995
ARRIGHI, Giovanni, A ilusão do Desenvolvimento, Petrópolis: Editoras Vozes, 1997.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de, Uma ilusão de Desenvolvimento, Nacionalismo e Dominação Burguesa nos anos JK, Florianópolis: Editora UFSC, 2006.

BAMBIRRA, Vânia, O capitalismo dependente latino-americano. 3ª Edição. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

BELLUCCI, Beluce, Economia Contemporânea de Moçambique, Rio de Janeiro: Educam 2007.

BRAUDEL, F. Civilização material, economia e capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRAUDEL, F. A dinâmica do capitalismo. Lisboa: Teorema, 1985.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Abertura e vulnerabilidade externa: restrições estruturais para o desenvolvimento em uma economia periférica”. In: XAVIER, Clésio Lourenço. Desenvolvimento desigual. Uberlândia: Edufu, 2004.

_____. “Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, super-exploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento”. In: Anais do IV Colóquio latino-americano de economistas políticos. São Paulo, 31 de outubro a dois de novembro de 2004.

_____. “Neoliberalismo e desenvolvimento em uma economia periférica”. In: XAVIER, Clésio Lourenço. Desenvolvimento desigual. Uberlândia: Edufu, 2004.

CARDOSO, Fernando HenriquE & FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 6 Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARDOSO, F. H & Falleto, Enzo, “Un análisis integrado del desarrollo, in dependencia e desarrollo en América Latina”, DF: Siglo Veintiuno Editores, 1969.

_____. “Sobre a dialética da dependência”. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. “Desenvolvimento e dependência”. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro.

FURTADO, Celso, “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. 5 Volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

CRUZ E VELASCO, Sebastião Carlos, Trajetórias: Capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

PREBISCH, Raul, “Capitalismo Periférico, Crisis y Transformación”, Fondo de Cultura Económica, México, 1981.

SERRA, A. M. Almeida – Moçambique, 1975-1990: uma síntese da evolução económica. Lisboa, ISEG, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, 1991, 43 p. Documentos de Trabalho n.º 20.

PROENÇA, Carlos Sangreman – Políticas económicas de estabilização e ajustamento estrutural em África. Lisboa, ISEG, Departamento de Economia, 1991. Documento de Trabalho, 21.

MARINI, Ruy Mauro, “Dialética da dependência”. In: SADER, Emir. Dialética da Dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.

MEDEIROS, Eduardo – Entre o passado e o neoliberal. Desenvolvimento e ambiente em Moçambique, in Seara Nova, n.º 77, Julho/Agosto/Setembro 2002: 53-56.

MEDEIROS, Eduardo – O desenvolvimento em Moçambique, Cadernos de Economia, n.º 60, Ano XV, Julho/Setembro 2002: 42-45.

MARINI, Ruy Mauro, Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Insular, 2012.

MELLO, João Manuel Cardoso de, O capitalismo Tardio. 8ª Edição. São Paulo: Editora Brasileira. 1991.

WALLERSTEIN, I. Capitalismo histórico e civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo Veintiuno, 1979. V. 1.

WALLERSTEIN, I. El moderno sistema mundial III: la segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850. México: Siglo Veintiuno, 1998. V. 3.

WUYTS, Marc – Money and planning for socialist transition: the Mozambican experience. Aldershot, Hants, England; Brookfield, Vermont, USA: Gower, 1989.